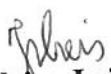


**Ata da Décima Sexta Reunião da Câmara Estadual
de Compensação Ambiental da Secretaria de
Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), com início às quatorze horas e vinte minutos e término às dezessete horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Sexta Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta única a deliberação sobre a minuta do Decreto Estadual que regulamentará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto à obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, e cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Executivo. A versão do Decreto avaliada foi resultado da Plenária do Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil, realizada na tarde do dia vinte e seis de outubro do ano corrente. Após as discussões, que alteraram o conteúdo da proposta, anexo a esta ata consta a versão aprovada pela CECA da minuta do Decreto, que deverá ser encaminhada para a apreciação da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE). Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.


João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

16ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA**Data:** 01/11/2012; **Horário:** 14:00 - 17h00; **Local:** Sala de Reunião do Gabinete SDS.**LISTA DE PRESENÇA****1 – GABINETE DA SDS**

| N. | Técnico | Assinatura |
|----|---------------------------------|------------|
| 01 | Nádia Cristina d'Ávila Ferreira | |
| 02 | Kamila Botelho do Amaral | |

2 - CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CEUC/SDS:

| N. | Técnico | M. | Assinatura |
|----|---------------------------------|----|--------------------|
| 01 | Kátia Helena S. C. Schweickardt | T | Kátia Schweickardt |
| 02 | Francisco Pinto dos Santos | S | |
| 03 | Christina Fischer | S | Christina Fischer |

3 – INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM:

| N. | Técnico | M. | Assinatura |
|----|---------------------------------|----|------------|
| 01 | Maria Gorete Mello da Silva | T | |
| 02 | A designar. | S | |
| 03 | Sérgio Martins D'Oliveira | T | |
| 04 | Gerson Oliveira da Silva | S | |
| 05 | Fábio Rodrigues Marques | T | |
| 06 | Marcelo Augusto dos S. Pinheiro | S | |

4 – SEC. EX. ADJ. DE COMPENSAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS – SEACA

| N. | Técnico | M. | Assinatura |
|----|------------------------------|----|------------|
| 01 | José Adailton Alves | T | |
| 02 | Assunção Pereira de Oliveira | S | |
| 03 | João Rodrigo Leitão dos Reis | T | |
| 04 | A designar. | S | |

M. = Membros.

T. = Titular.

S. = Suplente.

5 – PARTICIPANTES:

| N. | Nome | Instituição | Assinatura | Fone | E-mail |
|----|-------------------------------|-------------|------------|-----------|-------------------------------------|
| 01 | Kayana | IPAM | | 2923-6757 | vidalmayana@gmail.com |
| 02 | José Carlos Monteiro de Souza | IPAM | | 2123-6771 | zecaanense@gmail.com |
| 03 | Amiello M. Dufreire Jr. | ASSJUR/SDS | | 3121-9919 | amiello_wyler@hotmail.com |
| 04 | Leonel Lopes de Aguiar | ASSJUR/SDS | | 810-8008 | assjurdados@amazonas.gov.br |
| 05 | Regina G. P. Carneiro | SDS | | 9176-8264 | regina.g.p.carneiro@amazonas.gov.br |



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

MINUTA

DECRETO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2012 (Resultado da 16ª Reunião da CECA - 01/11/2012)

Regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, quanto à obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA por ato do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO que o Princípio do Poluidor/Usuário-Pagador, estabelecido no art. 225 da Constituição Federal e no art. 14, da Lei Federal nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe ao degradador a obrigação de indenizar os danos causados e ao usuário a obrigação de compensar a utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

CONSIDERANDO que a regularidade do licenciamento ambiental de estabelecimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente degradadores/poluidores do ambiente subordina-se ao pagamento de medidas de compensação ambiental.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 36 da Lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza - SNUC, e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar nº 53/2007, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 31 ao 34 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, e o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para a compensação ambiental;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Estadual nº. 3785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº. 3219, de 28 de setembro de 2007, e da outras providências;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CONSIDERANDO a Constituição Estadual no art. 54, inciso IV e Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que na sua ementa dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, para efeito da fixação, cálculo, cobrança, destinação, repartição, aplicação, revisão de valores e gestão dos recursos oriundos da obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, assim como cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA por ato do Poder Executivo.

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - A Política do Estado do Amazonas sobre Compensação Ambiental observará os seguintes princípios:

I – Princípio da Prevenção, representado pelo conhecimento antecipado dos sérios danos que podem ser causados aos serviços ambientais em determinada situação e a adoção de providências para evitá-los, baseadas no nexo de causalidade cientificamente demonstrável entre uma ação e a concretização de prejuízos ao meio ambiente;

II - Princípio da Precaução, quando houver ameaças de danos sérios ou irreversíveis, considerando que a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental;

III – Princípio do Poluidor-Pagador, que visa a internalização dos custos, pelos agentes poluidores, das perdas ambientais geradas pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de escasseamento dos produtos e serviços ambientais;

IV – Princípio do Desenvolvimento Sustentável, consubstanciado na adoção de incentivos aos provedores de serviços ambientais como uma ferramenta para a melhoria das condições econômicas e sociais das presentes e futuras gerações em harmonia com a conservação do meio ambiente.

Art. 3º - Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Compensação Ambiental: é a forma de compensar os impactos ambientais não mitigáveis pela utilização dos produtos e serviços ambientais de destinação coletiva, a



partir da análise dos estudos ambientais e da determinação da magnitude do impacto ambiental;

II – Significativo impacto ambiental: nível de impacto decorrente da implantação de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente impactantes, que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais;

III - Poluição Ambiental: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – Estudos Ambientais: São estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento apresentado como subsidio para análise da licença requerida, e exigidos no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades em função do seu efetivo ou potencial grau de impacto, elaborado por profissional habilitado, com respectiva ART, quando couber;

V – Grau de Impacto (GI): a unidade de medida dos impactos negativos não mitigáveis, obtida pelo somatório dos pontos pertinentes aos indicadores ambientais de cada componente avaliado;

VI – Indicadores Ambientais: os parâmetros quantificáveis da amplitude dos impactos negativos não mitigáveis de um empreendimento, definidos em pontos percentuais, que integram os componentes considerados para o estabelecimento do grau de impacto;

VII – Parecer de Gradação: documento de caráter técnico, elaborado por equipe multidisciplinar do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, resultante da análise de estudos ambientais e teor contido no Processo de Licenciamento Ambiental, determinando, a partir da metodologia de cálculo, o valor da Compensação Ambiental;

VIII – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA: instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre empreendedor e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, com interveniência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, que estabelece as obrigações, valor do recurso, prazos e demais informações pertinentes, para a execução das medidas de compensação ambiental, devendo ser preferencialmente assinado antes da concessão da Licença de Instalação - LI;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

IX – Plano de Trabalho: conjunto de atividades e ações técnicas com seu respectivo plano de aplicação e cronograma físico-financeiro, decorrentes da destinação dos recursos de compensação de cada empreendimento;

X – Custo Total do Empreendimento: Somatório dos investimentos inerentes à implantação do empreendimento, devendo ser determinado no EIA/RIMA;

XI – Projetos Estruturantes: são ações que atendam um conjunto de Unidades de Conservação diretamente ou não afetadas pelo empreendimento, assim como, promovam apoio na elaboração de planos e programas voltados a proteção e conservação ambiental nos municípios contemplados por unidades, com o objetivo de implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC.

Art. 4º - São sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental de que trata este Decreto, as pessoas físicas, jurídicas, públicas ou privadas responsáveis por empreendimentos ou atividades enquadradas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, como efetivas ou potenciais causadoras de significativo impacto ambiental não mitigável, com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

CAPÍTULO II

DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA

Art. 5º - Fica criada, na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, a Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA, órgão de caráter deliberativo, tendo como finalidade:

- I - Estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental, em conjunto com as entidades ou órgãos gestores de unidades de conservação públicas e privadas, sejam federais, estaduais e municipais;
- II – Analisar e aprovar os Planos de Trabalho para aplicação dos recursos apresentados pelas Entidades ou Órgãos Gestores de Unidades de Conservação selecionadas;
- III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre a Compensação Ambiental;
- IV – Analisar o relatório técnico da execução do Plano de Trabalho aprovado;
- V – Dar publicidade aos relatórios técnicos emitidos pelos Órgãos Gestores das Unidades de Conservação relativo à aplicação dos recursos de Compensação Ambiental;
- VI – Definir a forma de cumprimento da Compensação Ambiental;
- VII – Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 6º - A Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA é composta pela Presidência e 6 membros, sendo 3 membros titulares da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e 3 membros titulares do Instituto de